



SUMÁRIO

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS: RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA COMUM PARA A FLORESTA

© Fábio Pinto / WWF Portugal

CONTEXTO E URGÊNCIA

Apesar da diminuição do número de ignições nos últimos 20 anos, Portugal continua a enfrentar incêndios florestais cada vez mais intensos devido às alterações climáticas e ao abandono do território, especialmente em zonas com acumulação de vegetação de elevada carga combustível, como a norte do Tejo. As atuais faixas de gestão de combustível onde é removida a vegetação parecem revelar-se insuficientes e, por vezes, entram em conflito com a conservação da biodiversidade.

É urgente adotar uma abordagem integrada à gestão do território, com políticas e incentivos que promovam mosaicos agroflorestais e uma floresta diversificada e resiliente. A WWF Portugal reuniu técnicos de vários setores para discutir soluções estruturais e de longo prazo, cujas recomendações estão reunidas no documento *Prevenção de Incêndios: Recomendações para uma Agenda Comum para a Floresta*.

PRINCIPAIS DESAFIOS IDENTIFICADOS

O grupo de trabalho convocado pela WWF Portugal identificou os principais fatores que contribuem para a gravidade dos incêndios rurais:

RENTABILIDADE	OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	SISTEMAS AGROSILVOPASTORIS	GESTÃO E ORDENAMENTO
Escala da intervenção Frac produtividade face ao risco da floresta Serviços de Ecossistemas Falta de valorização do Capital Natural Apoio/investimento adequado e específico	Coesão das políticas públicas setoriais Dificuldade na operacionalização Governança	Perda de valor da agricultura familiar Agricultura multifuncional Falta de ligação à componente animal-pastoreio Dinâmicas sociais e populacionais do território	Continuação da atualização do cadastro Gestão da propriedade Desordenamento do território Elevada carga combustível Falta de gestão à escala da paisagem Necessária transformação da paisagem

RECOMENDAÇÕES POR SETOR

Face aos desafios identificados no que respeita a uma necessária gestão ativa da floresta à escala da paisagem, tendo em vista a prevenção de incêndios, foram discutidas e propostas diversas recomendações de linhas de ação para os ultrapassar.

Face a esta identificação, o grupo de trabalho chegou a um conjunto de recomendações orientadas para diferentes públicos, desde o Governo às empresas, incluindo sociedade civil.

Neste sumário, destacamos algumas dessas recomendações.

Recomendações para o Governo e Setor Público:

- Rejuvenescer a população rural e aumentar o capital social no território através de incentivos e parcerias;
- Agregar terrenos através do associativismo ou emparcelamento funcional;
- Assegurar coesão nas políticas de agricultura, pastoreio e floresta, reconhecendo a interligação destas atividades para a gestão do território e a resiliência aos incêndios;
- Promover a criação de sistemas agroflorestais e agrosilvopastoris;
- Resolver as dificuldades na operacionalização das políticas e na execução do planeamento e dos fundos de financiamento;
- Executar com mais eficiência os modelos já existentes como o BUPI, ZIP e AIGP.

Recomendações para o Setor Privado (Empresas e Investidores):

- Adaptar a gestão florestal às alterações climáticas e aos novos mercados;
- Fazer parcerias com comunidades locais, proprietários e associações para melhorar a gestão do território;
- Valorizar produtos de sistemas agrosilvopastoris.

Recomendações para a Sociedade Civil (Proprietários, Associações, Comunidades):

- Organizar-se em associações para facilitar a gestão dos terrenos e aceder a apoios e serviços;
- Adotar sistemas agrosilvopastoris e modelos de gestão diversificados que promovam a rentabilidade, a resiliência, a conservação da natureza;
- Manter a presença nos territórios rurais e florestais, participando ativamente na sua gestão e conservação;
- Valorizar e promover os produtos locais.

Recomendações para a Academia e Centros de Investigação:

- Produzir conhecimento sobre modelos de gestão adaptados às mudanças climáticas e de mercado, incluindo sistemas agrosilvopastoris e gestão do pastoreio;
- Formar técnicos e profissionais florestais em governança, gestão, operacionalização e acesso a fundos;
- Analisar o impacto do abandono rural e o afastamento da sociedade do território.

CONCLUSÃO

A prevenção de incêndios florestais exige uma transformação estrutural da paisagem e uma renovada relação da sociedade com os usos agrícolas, florestais e pecuários. Este documento reúne contributos de diversos setores para uma agenda comum, com propostas concretas para promover paisagens resilientes, integrar políticas públicas, valorizar os serviços dos ecossistemas e reforçar a presença humana ativa no território.

Quebrar o ciclo dos grandes incêndios só será possível com decisões conjuntas, sustentáveis e de mudança a longo prazo.

A floresta do futuro depende das escolhas que fizermos hoje.



©1986 Símbolo do Panda WWF – World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund).

© 2025 WWF Portugal. Todos os direitos reservados. Qualquer reprodução total ou parcial deve mencionar o título e creditar os supramencionados enquanto proprietários dos direitos de autor.

www.wwf.pt
Qualquer questão sobre este relatório deve ser endereçada para WWF Portugal, Laboratórios do AUDAX,
Rua Adriano Correia de Oliveira,
4A - Lab A1, 1600-312 Lisboa | wwf@wwf.pt